

Prescrição e descrição: dois vieses na *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*, de Gladstone Chaves de Melo

Saul Cabral Gomes Júnior

Faculdade Fernão Dias (FAFE), Osasco, São Paulo, Brasil
muiraquitana.saul@bol.com.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.21165/el.v46i1.1583>

Resumo

Este trabalho, inserido no âmbito da Historiografia Linguística, visa a investigar uma dualidade na *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*, de Gladstone Chaves de Melo: prescrição vs. descrição. A fundamentação teórica tem como base a noção de *horizonte de retrospectção*, estabelecida por Aurox (2006). O prescritivismo de Melo manifesta-se, sobretudo, nas *instruções* fonéticas, enquanto a atitude descritiva do autor se apresenta de três formas: 1) concepção descritiva seguida de atitude prescritiva; 2) instauração da fonética descritiva; 3) abordagem descritiva da formação de palavras. Conclui-se que, na gramática elaborada por Gladstone Chaves de Melo, ocorre uma alternância entre a *padronização da língua* e a *investigação linguística*.

Palavras-chave: Historiografia Linguística; Gladstone Chaves de Melo; gramática; norma.

Prescription and description: two paths in *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*, by Gladstone Chaves de Melo

Abstract

The aim of this work, inserted in the field of Linguistic Historiography, is to investigate a duality in *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*, by Gladstone Chaves de Melo: prescription vs. description. The theoretical part of this article is based on the *retrospective horizon* as established by Aurox (2006). Melo's prescriptivism manifests itself, overall, in phonetic *instructions*, while author's descriptive attitude comes in three ways: 1) in the descriptive conception followed by prescriptive attitude; 2) in the establishment of descriptive phonetics; 3) in the descriptive approach of the formation of words. It is the conclusion of this work that, in the grammar developed by Gladstone Chaves de Melo, it happens an alternation between *standardization of language* and *linguistic investigation*.

Keywords: Linguistic Historiography; Gladstone Chaves de Melo; grammar; norm.

Introdução

A *gramatização* destina-se a *instrumentar* a língua, ou seja, a extrair do uso *uma* possibilidade linguística norteadora, na qual se fundamente a utilização eficaz da língua. Define Aurox (2001, p. 65): “Por gramatização deve-se entender o processo que conduz a *descrever* e a *instrumentar* uma língua na base de duas tecnologias, que são ainda hoje os pilares de nosso saber metalinguístico: a gramática e o dicionário”.

Os procedimentos de *descrever* e de *instrumentar* a língua, emparelhados por Aurox na definição acima, remetem-nos aos dois elementos entrelaçados no bojo da gramatização: o *uso* e a *norma*. Tais elementos são, por natureza, indissolavelmente ligados, conforme expõe Coseriu (1987, p. 74):

[...] podemos dizer que o *sistema* é um conjunto de oposições funcionais; a *norma* é a realização “coletiva” do sistema, que contém o próprio sistema e, ademais, os elementos funcionalmente “não-pertinentes”, mas normais no falar duma comunidade; o *falar*¹ (ou, se se quer, *fala*) é a realização individual-concreta da norma, que contém a própria norma e, ademais, a originalidade expressiva dos falantes.

Assim, o teórico elucida que a norma se manifesta no uso, na realidade concreta da qual se depreende uma opção dentre as inúmeras oferecidas pelo sistema, ou seja, *uma norma*. Diante dessa inter-relação, nota-se a indissociabilidade existente entre uso e norma.

Tal inter-relação é focalizada de modo específico na gramática. Nesse gênero metalinguístico, enfoca-se a relação estabelecida entre o uso linguístico e a norma tradicional, denominada por Aléong (2001) de *norma explícita*. Na formulação dessa categoria de norma – depreendida do *uso correto* e legitimada pela sociedade – concentra-se o gramático, ocupado em identificar um *modelo* linguístico, a partir do qual se exponha aos usuários da língua como ela deve ser utilizada.

A oposição do que *é* ao *como deve ser* constitui a base da relação uso vs. norma instaurada na gramática. Essa relação se arraiga num comportamento prescritivo do gramático, que dirige uma dupla atitude à norma: ante a norma tradicional, assume uma postura *preconizadora*²; ante as normas nas quais assentam as outras manifestações da língua, adota uma postura *condenadora*.

É essa dupla atitude que Gladstone Chaves de Melo assume, ao produzir a *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*. Publicada em 1968, trata-se de uma obra de cunho pedagógico-reflexivo. Embora seja destinada ao ensino escolar, ela comporta elucubrações metalinguísticas. Assim, no pensamento gramatical de Melo, instaura-se uma nítida dualidade, em cuja análise se concentrará este trabalho.

Tal dualidade se encontra vinculada ao contexto histórico-epistemológico no qual a obra em questão foi produzida. Para demonstrar essa vinculação, integra-se ao cerne da fundamentação teórica a noção de *horizonte de retrospectão*, instituída por Aurox (2006), para quem não se pode analisar a elaboração do conhecimento sem a relacionar à confluência de fatos no âmago da qual todo saber é produzido. Por tal relação, nessa perspectiva historiográfica, iniciar-se-á a análise da gramática de Melo.

Contexto histórico-epistemológico: a sedimentação do Estruturalismo no Brasil e a renovação das gramáticas escolares³

Em 1953, vem a lume *Para o estudo da fonêmica portuguesa*, obra com que Mattoso Câmara introduz a descrição fonológica no âmbito da pesquisa linguística brasileira. Ao mencionar Saussure, Câmara Jr. (1953, p. 31) expõe que os fonemas se caracterizam pelo fato de “não se confundirem entre si”:

¹ *Falar*, no sentido empregado por Coseriu, pode ser tomado como sinônimo de *uso linguístico*.

² Ao adotar essa postura, o gramático *preconiza*, recomenda a norma tradicional, louvando-a como o conjunto de regras que possibilitam ao indivíduo expressar-se *corretamente*.

³ Para o arrolamento das gramáticas apresentadas nesse tópico, adotou-se como referência o estudo historiográfico de Pinto (1976).

[Saussure] também usava [...] o neologismo fonema, tão caro a Baudouin; e não para substituir meramente a locução de som da fala, embora assim às vezes deixe parecer. Nele, já há uma intuição clara de que os fonemas são elementos da matéria fônica de um vocábulo, e se caracterizam — não pelas suas qualidades próprias e positivas, mas simplesmente pela circunstância de não se confundirem entre si [...].

Ao realizar tal exposição, o autor explicita a propriedade fundamental dos fonemas: distinguem-se entre si e, conseqüentemente, distinguem vocábulos. Para solidificar sua explanação da ideia de *distinção*, o linguista utiliza-se das proposições de Bloomfield, das quais Câmara Jr. (op. cit., p. 37) extrai a noção de *traços distintivos*:

Bloomfield [...] parte da matéria fônica em seu contínuo sonoro, e considera de per si os seus múltiplos e variados traços (ing. *features*). Ora, desse emaranhado ressalta logo a evidência de que um grande número deles não funciona na comunicação linguística. São os que ele denomina traços não-distintivos ou indiferentes. Outros, por sua vez, são essenciais ao funcionamento da língua enquanto comunicação de ideias; a sua troca ou omissão perturba a significação do que se comunica. São os traços distintivos.

O autor focaliza, assim, os elementos por meio dos quais os contrastes se estabelecem na comunicação linguística. Em *Princípios de linguística geral*, Câmara Jr. (1954, p. 30-31) reitera a ideia de *contraste*, integrando-a ao cerne da ciência linguística, da qual o autor dissocia a *preocupação normativa*:

A essência da linguística estática, assim concebida, é a análise interpretativa das formas atuais de uma língua, na base dos contrastes e correlações que permitem o seu funcionamento como meio de representação mental e comunicação social. [...] Volta-se, destarte, ao conceito diretor da gramática clássica, mas desvencilhado da preocupação normativa, que aí predominava. Já não se trata de operar a análise da língua de acordo com uma tradição restrita no tempo e no espaço, para impô-la como modelo “elegante” a sujeitos falantes propensos a inovar. Trata-se de deduzir o estado linguístico cientificamente, isto é, objetivamente e com a atenção fixada nas causas sincrônicas, à maneira de qualquer outra ciência descritiva, como a zoologia ou a botânica.

Em 1961, publica-se a terceira edição da *Moderna gramática portuguesa*, na qual a abordagem *tradicionalmente* gramatical divide espaço com alguns dos *novos* parâmetros conceituais. Nessa obra, Evanildo Bechara estabelece uma consistente distinção entre análise fonética e análise fonêmica, diferenciação baseada no conceito estruturalista de *oposição*. Além de distinguir tais análises, o autor demonstra que existe uma relação complementar entre a Fonêmica (ou Fonologia) e a Fonética, embasando-se nas proposições de Malmberg (apud BECHARA, 1961, p. 28):

[...] enquanto a análise fonética se preocupa tão-somente com a articulação, a fonêmica atenta apenas para o som que, reunindo um feixe de traços que o distingue de outro som, permite a comunicação linguística. A fonética pode reconhecer, e realmente o faz, diversas realizações para o /t/ da série *ta-te-ti-to-tu*; a fonêmica não leva em conta as *variações* (que se chamam *alofones*), porque delas não tomam conhecimento os falantes de língua portuguesa. [...]

Fonêmica não se opõe a fonética: a primeira estuda o número de oposições utilizadas e suas relações mútuas, enquanto a fonética experimental determina a natureza física e fisiológica das distinções observadas [B. MALMBERG, *La Phonétique*, 116.].

Em 1967, publica-se a obra basilar de Roman Jakobson: *Fonema e fonologia*. Nessa produção, de cuja tradução se incumbiu Mattoso Câmara, Jakobson (1967, p. 11-12) explana cabalmente a função opositiva dos fonemas e ratifica a distinção entre Fonética e Fonologia, associando a primeira à investigação fisiológica e atribuindo à segunda a função de estudar os sons da fala sob uma ótica *funcional*:

FONEMA é o conceito básico da fonologia. Designamos por esse termo as propriedades fônicas concorrentes que se usam numa língua dada para distinguir vocábulos de significação diversa. Na fala, sons variados podem ser um mesmo e único fonema. [...] FONOLOGIA é a parte da linguística que trata dos sons da fala em referência às funções que eles exercem numa língua dada, ao passo que a fonética tem como tarefa a investigação dos sons da fala, de um ponto de vista puramente fisiológico, físico e psico-acústico. [...] Uma diferença de som que, numa língua dada, se pode usar para distinguir significações, é considerada uma oposição fonológica.

O linguista russo insere os morfemas no âmbito de sua perscrutação estruturalista, conceituando-os como elementos mínimos dotados de significado. Ao dissertar sobre os *traços distintivos*, nos quais se concentra a investigação estruturalista, o autor chega à identificação de dois níveis linguísticos: o das unidades significativas e o dos traços opositivos. Expõe Jakobson (op. cit., p. 102):

A análise linguística decompõe gradualmente as unidades enunciadas em morfemas como constituintes últimos suscetíveis de significação própria, e dissolve esses veículos semânticos mínimos em seus componentes finais, capazes de diferenciar os morfemas uns dos outros. Tais componentes se chamam traços distintivos. Há assim dois níveis linguísticos que a análise linguística tem que manter separados: de um lado, o nível semântico, que inclui unidades significativas, quer complexas quer simples, indo do morfema à enunciação e ao discurso; de outro lado, o nível dos traços fonológicos referente às unidades simples e complexas que servem tão somente para diferenciar, cimentar e separar ou pôr em relevo as múltiplas unidades significativas.

Ao se publicar *Fonema e fonologia*, o Estruturalismo consolida-se como vertente linguística no Brasil. Em 1970, com a vinda a lume de *Estrutura da língua portuguesa*, consuma-se tal processo de consolidação. A partir da publicação da obra de Mattoso Câmara, que se constitui a primeira descrição estruturalista dirigida ao português do Brasil, intensificou-se a produção de gramáticas escolares destinadas a divulgar a norma da língua portuguesa à luz dos princípios estruturalistas.

A publicação de *Estrutura da língua portuguesa* é determinante para que as gramáticas brasileiras busquem um efetivo enquadramento nos parâmetros da *moderna* Linguística estruturalista. Estabelece-se, então, o contexto de interpretação gramatical que Altman (2008, p. 80) denomina de *saussuriano-mattosiano*, no qual renegar o modelo *tradicional* de análise gramatical e adotar os *avançados* métodos proporcionados pelo Estruturalismo são condições para se inserir no germinante grupo de gramáticos-linguistas *modernos*:

No contexto saussuriano-mattosiano de interpretação, [...] [o] termo gramática recobre uma determinada prática de descrição linguística, dita tradicional, normativa, que se reveste de um valor de 'coisa ultrapassada', em oposição a uma análise linguística, 'moderna', que incide sobre as relações estruturais da *langue*, estudo esse avaliado como o que há de mais avançado na cronologia histórica das ciências da linguagem. A sanção

para o estudioso da linguagem que não a estabelece como seu objeto será a exclusão do então emergente grupo de linguistas 'modernos'.

No instante em que esse grupo passa a concentrar seus esforços na transmissão dos princípios estruturalistas por meio das gramáticas escolares, institui-se um processo de *pedagogização* das proposições de uma corrente linguística que, num determinado momento histórico, ocupa uma posição referencial. A esse processo, refere-se Chiss (1996, p. 87, tradução nossa), quando tece considerações acerca da transposição didática de elaborações metalinguísticas:

Embora léxicos variados (linguística, psicologia cognitiva, sociologia interacionista ou etnografia da comunicação) continuem “proferindo” essa didática, as suas tendências perceptíveis não são incomensuráveis e os paradigmas dominantes organizam a reflexão: transposição didática e/ou funcionamento da disciplina escolar. Embora existam diferentes inflexões na parte respectiva da elaboração teórica e da ação no seio dessa didática, a aliança entre epistemologia e intervenção social quase não é contestada.⁴

No contexto de interpretação gramatical em questão, no mesmo ano em que se publica a referida obra de Mattoso Câmara, vem a lume a segunda edição de *Gramática moderna*, obra em que Celso Cunha aprofunda a assimilação de proposições estruturalistas. Ao estabelecer uma conceituação de *fonema*, o gramático utiliza-se de exemplos por meio dos quais se ilustram questões fonológicas peculiares do português, como a oposição de classes gramaticais por intermédio da diferença de timbre vocálico e os *pares mínimos de palavras* gerados pela consoante inicial. Atente-se ao fragmento seguinte:

Na série:

dia **v**ia **m**ia
tia **f**ia **p**ia

temos seis palavras que se distinguem apenas pelo elemento consonântico inicial.

Todo som capaz de estabelecer uma distinção significativa entre duas palavras de uma língua recebe o nome de FONEMA.

São, pois, FONEMAS os sons vocálicos e consonânticos diferenciadores das palavras atrás mencionadas. (CUNHA, 1970, p. 13).

O autor investiga a fundo a constituição do *vocabulo*, chegando a uma distinção entre *palavra* e *vocabulo*. Na primeira, Cunha (1970) verifica uma substância mais abrangente, na qual se incluem os elementos fonológicos e as classes gramaticais; no segundo, identifica uma composição mais específica, na qual se incluem apenas os elementos fonológicos:

Uma PALAVRA é constituída de elementos materiais (vogais, consoantes, semivogais, sílabas, acento tônico) a que se dá um sentido e que se presta a uma classificação.

⁴ “Même si des lexiques variés (linguistique, psychologie cognitive, sociologie interactionniste ou ethnographie de la communication) continuent à “parler” cette didactique, ses tendances perceptibles ne sont pas incommensurables et des paradigmes dominants organisent la réflexion: transposition didactique et/ou fonctionnement de la discipline scolaire. Même si des inflexions différentes existent sur la part respectives de l’élaboration théorique et de l’action au sein de cette didactique, l’alliance de l’épistémologie et de l’intervention sociale n’est plus guère contestée”.

[...] a PALAVRA *boi* [...] é “um substantivo comum, concreto, primitivo, simples, masculino, singular; monossílabo, tônico [...]”.

VOCÁBULO é, a rigor, a palavra considerada somente em relação aos elementos materiais que a constituem. Diremos, pois, que o VOCÁBULO *boi* é “um monossílabo, tônico, formado da consoante /b/, seguida do ditongo decrescente /ôy/”. (CUNHA, op. cit., p. 38).

Em 1974, vem a lume a segunda edição de *A estrutura morfossintática do português*, obra em que José Rebouças Macambira se volta para questões de análise morfológica. Ao trazê-las à tona, o gramático disserta sobre a incorporação do critério semântico à descrição das categorias gramaticais. Relativamente a essa integração, a atitude assumida pelo autor revela sua postura essencialmente estruturalista, visto que ele concentra o uso da *significação* no estabelecimento da *oposição igual/diferente*. Macambira (1974a, p. 21) declara sua visão *mecanicista*, mas a mantém sob moderação e a restringe à *estrutura* da língua:

[...] a *significação* deve ser usada como simples ponto de referência, somente para fazer a oposição *igual/diferente*, e não para conceituar esta ou aquela palavra, mas para mostrar por exemplo que o *dia* é diferente da *noite*, que o sufixo *inho* de *livrinho* é semanticamente diverso do sufixo *inho* de *bonitinho*; só excepcionalmente e com muita cautela, é que ousamos socorrer-nos do critério semântico como elemento classificatório.

Se tivéssemos que nos definir entre *mentalista* (quem acha que o nosso comportamento está subordinado à mente) ou *mecanicista* (quem acha que o comportamento, e portanto a linguagem, está subordinado ao sistema), diríamos que somos *mecanicistas*, porém com moderação e no que tange à estrutura da língua.

Também em 1974, publica-se *Português estrutural*, obra em que Macambira consome sua crítica ao ensino *tradicional* de gramática, situando sob sua ótica estruturalista, principalmente, os elementos *mórficos*:

[...] também agora o nosso intuito é modificar o ensino da nossa língua, renovando-lhe os fundamentos gramaticais.

Havia muito que reformular, e não hesitamos em fazê-lo.

A definição dos chamados elementos *mórficos* — sobretudo vogal temática e de ligação — demasiado controversos e confusos, instila a descrença no ânimo dos alunos, e quiçá dos professores, e compromete gravemente o ensino da gramática. (MACAMBIRA, 1974b, p. 5).

Com a *criticidade* adotada por José Rebouças Macambira, consome-se a integração de noções estruturalistas às gramáticas escolares, empreendimento intensificado a partir da década de 1970.

Tais gramáticas tornaram-se portadoras de *traços descritivos*, que passaram a coexistir com o teor prescritivo inerente a toda gramática escolar. Essa coexistência, observável nas gramáticas arroladas anteriormente, faz-se presente na *Gramática fundamental da língua portuguesa*, como será exposto no tópico seguinte.

Traços prescritivos X feições descritivas: a face dual da *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*

Entre o magistério e a Dialectologia: caminhos preliminares de um gramático

Nascido em Campanha (MG), a 12 de junho de 1917, Gladstone Chaves de Melo transferiu-se para Belo Horizonte, onde iniciou o curso de Direito, concluído na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil⁵, localizada no Rio de Janeiro.

Em 1941, atendendo-se a uma indicação do Padre Magne, é integrado ao corpo docente da Faculdade Nacional, como assistente da cátedra de Língua Portuguesa, na qual atuava Sousa da Silveira. Nesse ano, consolida-se seu convívio com alguns dos cânones da Filologia brasileira e consuma-se sua vocação para a atividade acadêmica.

No limiar de sua elaboração metalinguística, incursionou pela Dialectologia, ao produzir *A língua do Brasil*, em cuja dedicatória se assinalam três componentes fundamentais do seu baluarte epistemológico: Augusto Magne, Said Ali e Sousa da Silveira. Nesse estudo histórico-dialetológico, publicado em 1946, identifica-se uma síntese das características dialetais brasileiras. Ao reunir esses dados linguísticos, Melo (1946, p. 79) direciona sua pesquisa dialetológica para a comprovação de que o português do Brasil e o de Portugal são uma só língua:

Realmente, atentando-se à morfologia e à sintaxe do Português popular do Brasil, chega-se à conclusão de que êle coincide, nas grandes linhas, com a língua do século de quatrocentos. Um Português arcaico tardio, [no qual] [...] se ouvem muitas formas encontradiças nos textos do século XV, como *lũa, ãa, sujigar, piadade, alifante, Bertolameu, depois, saluço, entonces, fruta, luita, bautismo, inzemplo, esprito, enveja, benção* (oxít.), *quaje, malino, cramor, pranta, assossegar, preguntar, aquel, perjuízo, samear, Anrique, avangelho, rezão, menhã, amenhã, pexe, baxo, ciloura, polo, e pola* etc., etc.

O exercício do magistério e a incursão pela Dialectologia, atividades conjugadas no início da carreira acadêmica de Melo, são fatores determinantes para que a *Gramática fundamental da língua portuguesa* apresente uma face dual. Nessa obra, o objetivo pedagógico do autor (que o leva a preconizar a norma tradicional) coexiste com uma propensão dialetológica, em virtude da qual Chaves de Melo inclui na conceituação de “gramática” a noção de *diversidade linguística*:

[A Gramática é] Sistematização dos fatos contemporâneos de uma língua, melhor ainda, de um aspecto da língua ou de um *uso*. Sim, porque qualquer língua viva tem diversos aspectos ou diversos usos, determinados pelas circunstâncias concretas da comunicação lingüística. (GFLP, p. 9)

Ao incluí-la, Melo explicita que os usos linguísticos variam de acordo com as diferentes situações comunicativas. A partir dessa explicitação, o autor destina ao uso coloquial uma explanação cuidadosa:

⁵ Atualmente, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

Uso coloquial é a língua da conversa, da conversa desatada, da conversa viva. [...] A conversa de dois amigos, conversa íntima, conversa despreocupada, desenvolve-se num tom, diverso do da conversa cerimoniosa, de duas pessoas que se conhecem mal e que se tratam com cortesia e pouca liberdade. (GFLP, p. 9)

Nessa explanação, demonstra-se a permanência do *olhar dialetológico* no qual assentara *A língua do Brasil*. Na *GFLP*, esse olhar adapta-se aos propósitos estruturalistas e se afasta da perspectiva diacrônica, concentrando-se na existência de diferentes contextos em que se estabelece o processo comunicativo.

A abordagem da *diversidade linguística* é o primeiro indício descritivo que se observa na *Gramática fundamental da língua portuguesa*, obra em que prescrição e descrição convivem simbioticamente.

A finalidade pedagógica e a atitude prescritiva

Elaborada para integrar a coleção didática idealizada por Madre Maria Adolfo de Sion, a *Gramática fundamental da língua portuguesa*⁶ destina-se a justificar os preceitos da língua, conforme se expõe no *Prefácio* da obra:

Na coleção de Madre Adolfo coubera-nos a pior parte, a Gramática. No entanto, pensamos que conseguimos torná-la bem menos árida, através do permanente cuidado de simplificá-la, e de justificar *todos* os preceitos e normas com a lição de bons autores, principalmente brasileiros (para mostrar adjetivamente a unidade da língua).⁷ (GFLP, p. 3)

No fragmento acima, mostra-se uma avaliação que o filólogo dirige à gramática, qualificada como a *pior parte* da coleção idealizada por Madre Adolfo. Nessa qualificação, manifesta-se a preocupação de Melo com o ensino da gramática, definida pelo autor como “sistematização dos fatos da língua-padrão”:

[...] Chamamos-lhe *Gramática Fundamental*, exatamente porque queremos ficar nos alicerces e no arcabouço. Fornecer a idéia fundamental da estrutura da língua portuguesa. E fazer apenas uma *gramática*, isto é, a sistematização dos fatos da língua-padrão. Excluimos dela tudo que ficasse bem na Retórica, ou na Estilística, assim como as relações de palavras ordenadas segundo tal ou tal critério: coletivos, femininos, gentílicos, etc. (GFLP, p. 4).

No excerto anterior, evidencia-se que Chaves de Melo dissocia a Estilística da descrição dos fatos concernentes à língua-padrão, incumbência que o autor atribui restritamente à Gramática. A função da análise estilística, segundo Melo (1951, p. 46), é revelar os aspectos expressivos da língua, num empreendimento regido pelo propósito de explicitar a *beleza* de uma determinada formulação linguística:

A Estilística busca descobrir o valor expressional das diversas construções, suas tonalidades semânticas [...]. Perlustra os textos, mas não se contenta em observar e

⁶ Ao se fazer necessária a transcrição de passagens da *Gramática Fundamental da Língua Portuguesa*, adotar-se-á o seguinte esquema de citação: sigla do livro (GFLP) seguida imediatamente do número da página da qual se extraiu o fragmento.

⁷ As citações conterão, precisamente, a grafia original dos fragmentos extraídos da gramática em análise.

classificar os fatos. [...] procura descobrir o matiz, a coloração especial de cada construção, no que se refere à *justeza, propriedade e beleza* da expressão.

Na sua definição de *gramática*, na qual se encontram os termos “alicerces” e “arcabouço”, Melo demonstra indícios de uma adoção conceptual, a qual se consuma na exposição do objetivo essencial do autor da *GFLP*: “fornecer a ideia fundamental da estrutura da língua portuguesa” (p. 4). Ao se focalizar essa meta, patenteia-se a integração de traços estruturalistas⁸ ao bojo da *Gramática fundamental da língua portuguesa*, procedimento condizente com a tessitura histórica na qual essa obra foi produzida.

Na gramática de Melo, o *arcabouço* visado é o da língua literária, na qual se concentra, precisamente, a noção de *norma linguística ideal*, instaurada pelo filólogo. A partir do estabelecimento dessa noção, desencadeia-se a atitude prescritiva do autor:

Qualquer comunidade civilizada dispõe de uma forma linguística considerada a melhor, a mais rica, a mais prática, e que é aceita por todos os membros dessa comunidade como *norma linguística ideal*. É a tal língua-padrão ou língua culta ou língua literária. Na Alemanha, por exemplo, nas diversas regiões, há modalidades próprias, variantes locais [...]. Mas há uma forma culta aceita por todos: [...] o alemão literário, a *coiné*, a língua oficial de toda a Alemanha. (*GFLP*, p. 10-11).

Essa atitude evolui até resultar na unificação entre Gramática Normativa e Gramática Descritiva. Do ponto de vista de Melo, a Gramática Normativa é a *pedagogização* da Gramática Descritiva. Ela seria, então, a própria Gramática Descritiva utilizada com propósitos didáticos, isto é, voltada para a coibição dos desvios da língua-padrão. Conceitua o filólogo:

Que é Gramática Normativa? É a própria Gramática Descritiva, utilizada com intenção didática, com a finalidade de corrigir os desvios da língua-padrão, ou melhor, as influências, na língua-padrão, das linguagens locais e das diversas formas de linguagem coloquial. Nas escolas ensina-se a Gramática, não apenas descrevendo os fatos, mas também chamando a atenção para as distorções [sic], as contaminações, os erros. [...] Portanto, Gramática Normativa não é algo de diferente da Gramática Descritiva, é uma “atitude” da Gramática Descritiva, atitude didática, atitude com finalidade prática. (*GFLP*, p. 11).

Para se elaborar uma gramática normativa, faz-se necessário expor o uso da língua. Ao se voltar para o uso, o gramático *retrata* a língua, preconizando o uso assentado na norma tradicional e fazendo alusões ao uso efetivo da língua, isto é, à *hiperlíngua*, conceituada por Auroux (1998a) como uma realidade produzida por indivíduos que, dotados de *gramáticas* não necessariamente idênticas, estabelecem entre si a intercomunicação. A *hiperlíngua* é o conjunto de manifestações empíricas da língua, às quais se reporta o gramático para condenar o *uso vulgar do idioma* e para demonstrar a sublimidade da *norma que deve ser praticada*.

⁸ A presença desses traços na *GFLP* – da qual provém um dos aspectos descritivos da gramática de Melo – será esmiuçada no subtópico seguinte.

Essa reportagem ocorre, predominantemente, por meio dos *exemplos*, nos quais se registram aspectos da realidade linguística, conforme a explanação de Auroux (2001, p. 67):

A constituição de um *corpus* de exemplos é um elemento decisivo para a gramatização. De um lado, ele é evidentemente o núcleo da língua normatizada. Do outro, sendo construtos teóricos (mesmo quando, ao invés de serem fabricados, eles provêm de citações ou de excertos de um *corpus*), os exemplos testemunham sempre uma certa realidade linguística. Eles podem não somente disfarçar a ausência de certas regras (ou a impossibilidade na qual se encontra o gramático de formulá-las) como, quando necessário, podem ser invocados contra as regras e a descrição morfológica, ou ainda servir posteriormente para justificar outras descrições e outras regras.

Na utilização dos exemplos, substantifica-se um discurso próprio, que se distingue do *discurso do gramático*. Essa distinção é estabelecida por Leite (2001, p. 291), para quem a análise do *discurso do gramático* permite comprovar o grau de originalidade da teoria gramatical proposta:

Em tese, o enunciado da gramática abriga duas modalidades de discurso, o discurso do gramático (*dg*) e o discurso do exemplo (*de*), pelos quais se pode conhecer o processo enunciativo originário do enunciado gramatical. [...] é principalmente pela análise [do (*dg*)] que se pode verificar em que medida o gramático teoriza ou repete teorias existentes. O (*dg*) revela dados importantes sobre o uso/norma da língua, as fontes, as autoridades linguísticas escolhidas como modelo de uso, as modalidades linguísticas selecionadas para a descrição e, finalmente, a ideologia do gramático, que escolhe cada exemplo.

Como está explícito no fragmento acima, a ideologia do gramático é revelada no seu discurso. Arraiada nessa ideologia, encontra-se a escolha dos exemplos. A partir de tal seleção, instaura-se uma oposição entre os exemplos do *bom uso da língua* e os exemplos do *uso vulgar do idioma*. Esse contraste ocorre num espaço discursivo peculiar: o espaço do *antiexemplo*, no qual emergem os usos linguísticos que não assentam na norma tradicional, conforme expõe Leite (op. cit., p. 304):

O espaço do antiexemplo representa a abertura do discurso da gramática tradicional, porque é por ele que se pode entrever as outras possibilidades de uso da língua. Poderia dizer, mesmo, que o antiexemplo é o lugar do diálogo entre uma norma que, em dado momento da história da língua, é considerada “a melhor e mais bela”, a linguagem correta, e uma outra norma que existe, mas é considerada ruim e representa o “como não se deve dizer” em dada língua, se se quer estar numa situação linguística de prestígio.

Por meio dos exemplos utilizados na *GFLP*, chega-se à exposição de *distorções da língua*. O caráter prescritivo da *Gramática fundamental da língua portuguesa* se demonstra, com bastante propriedade, na unidade *Fonética*, na qual se utilizam abundantemente os *antiexemplos*. Na seção denominada *ortoépia*, Melo expõe:

Também é possível preocupar-nos com a exata e melhor pronúncia das palavras, observar, por exemplo, que se deve dizer [...] *tenha* e não *tēa*, *farinha* e não *farīa* [...]. Pois este item da fonética se chama *ortoépia*, estudo da correta e melhor pronúncia dos vocábulos. (*GFLP*, p. 12-13).

O autor estabelece incisiva oposição à presença da vogal de apoio em alguns grupos e encontros consonânticos. Desse modo, Melo assume uma postura eminentemente prescritiva, reprovando algumas elocuições típicas do português do Brasil, como “rítimo” e “adimirar”:

Os grupos e encontros consonânticos devem pronunciar-se leve e rapidamente, evitando-se assim a inserção de vogal de apoio (suarabácti): *absoluto* (e não “abissoluto” ou “abissolutamente”), *técnico* (e não “téquinico”), *ritmo* (e não “rítimo”), [...] *admirar*, *admirável* (e não “adimirar”, “adimirável”), *subterrâneo* (e não “subiterrâneo”), *obter* (e não “obiter”), *abstrair* (e não “abistair), *abstinência* (e não “abistinência”) [...]. (GFLP, p. 59)

O filólogo explicita uma postura prescritiva, também, ao apresentar o tópico *prosódia*:

É lícito ainda preocupar-nos em estudar e fixar a correta posição do acento tônico, e, então, assinalar que se deve dizer *rubrica* (e não *rúbrica*), *espécime* (e não *especime*), *ínterim* (e não *interím*), *avaro* (e não *ávaro*). E não só do acento tônico, mas também do acento subtônico, observando, por exemplo, que se deve dizer *tardiamente* (e não *tárdiamente*). A isto se chama *prosódia*. (GFLP, p. 13).

A atitude conservadora de Melo incide, principalmente, sobre a correta posição do acento subtônico, em defesa da qual o autor condena, novamente, elocuições correntes no português do Brasil:

Cuidado também merece a correta posição do acento secundário, notadamente em vocábulos formados com o sufixo *-mente*. Neste caso, a subtônica corresponde sempre à tônica da forma primitiva:

<i>sábia</i>	<i>sábiamente</i>	
<i>tardia</i>	<i>tardiamente</i> (subtôn.i)	
<i>súbita</i>	<i>súbitamente</i>	
<i>sutil</i>	<i>sutilmente</i> (subtôn.i)	(GFLP, p. 61).

No âmbito da fonética, verifica-se o apogeu do prescritivismo de Melo quando o filólogo recomenda “uma adesão mais ampla à fala carioca”, designando-a como a base na qual se deveria fundamentar o cânone ortoépico brasileiro. Assevera o autor:

O Congresso da Língua Nacional Cantada, realizado em S. Paulo em 1937, caminhou para a escolha da pronúncia da cidade do Rio como padrão. [...]

Isto representa um grande passo para o cânone ortoépico brasileiro, mas ainda não é tudo. Há que obter, ainda, uma adesão mais ampla à adoção da fala carioca e uma fixação rigorosa e acessível da pronúncia culta da cidade do Rio de Janeiro, o que não é fácil. (GFLP, p. 54-55).

As *instruções* fonéticas de Chaves de Melo se encontram arraigadas na busca da pronúncia-padrão brasileira, empreendimento que se realizou paralelamente à profusão dos estudos que, na primeira metade do século passado, destinaram-se ao português falado no Brasil. Expõe Altman (1997, p. 47):

Paralelamente aos trabalhos de documentação das variantes regionais rurais, o estudo do português do Brasil se desenvolveu em uma direção, a princípio, complementar: a busca da definição do padrão brasileiro, centralizado inicialmente nas questões relativas à

pronúncia de grupos profissionais especiais: atores, locutores, cantores. Essa questão motivou a realização dos primeiros congressos específicos sobre língua no país e atraiu a atenção do grande público.

Portanto, subjacente aos empreendimentos dialetológicos voltados para o português do Brasil, estava o projeto *normativo* de padronizar a pronúncia brasileira, no qual se engajaram estudiosos da língua e profissionais ligados aos meios de comunicação. As formas *certas* de pronunciar passaram a ocupar um lugar central não apenas no meio filológico, mas também no âmbito das Comunicações e das Artes.

Ao estabelecer *diretrizes* para a pronúncia, Melo adere sua metalinguagem a essa busca de se instaurar uma pronúncia-padrão no Brasil. Entre os congressos destinados especificamente a essa instauração – aos quais se refere Altman na citação acima – destaca-se o Congresso da Língua Nacional Cantada, mencionado no excerto anterior da *GFLP*.

Nesse congresso, o Departamento de Cultura de São Paulo apresentou o Anteprojeto de Língua Padrão, em cujo bojo se fundem idealismo e prescritivismo. Trata-se de um anteprojeto elaborado por filólogos (cariocas, na sua maioria), que pretendiam transferir para a utilização artística da fala a *padronização* própria da escrita. Nessa comissão de filólogos, destacam-se Antenor Nascentes e Serafim da Silva Neto. Nas páginas 6 e 7 do Anteprojeto, lê-se:

- f) – considerando que a pronúncia “carioca” do Distrito Federal apresenta-se como a mais evolucionada dentre as pronúncias regionais do Brasil;
 - g) – considerando ser ela a mais rápida e conseqüentemente a mais incisiva de todas;
[...]
 - j) – considerando ser a pronúncia carioca a mais elegante, a mais caracteristicamente “civilizada”, a mais essencialmente urbana e, por isso, culta, dentre as nossas pronúncias regionais;
 - k) – considerando ser ela provavelmente, por ter se fixado na capital do país, um produto inconsciente, uma síntese e uma cristalização fisiológica oriunda das colaborações de todos os Brasileiros, e por isso mesmo a mais adaptável a todos eles;
 - l) – considerando ser ela, por ser a da capital a que os Brasileiros afluem, a mais fácil de ser ouvida e propagada e a que mais probabilidades tem para se generalizar;
[...]
- O CONGRESSO DA LINGUA NACIONAL CANTADA resolve considerar a pronúncia carioca a mais perfeita do país e propô-la como língua padrão a ser usada no teatro, na declamação e no canto eruditos do Brasil.

Idealizara-se, dessa maneira, o falar carioca, tomado como referência para uma formulação prescritiva, na qual se substantificou uma *norma explícita* destinada ao uso artístico da língua falada.

O empreendimento descritivo

Identifica-se um anseio científico no *Prefácio* da *GFLP*, no qual Chaves de Melo afirma ter embasado sua gramática na Linguística *moderna*. Deixando-se nortear por esse embasamento, o filólogo assume uma postura crítica ante a terminologia adotada pela Nomenclatura Gramatical Brasileira, permitindo-se, em alguns casos, discordar dos preceitos da NGB. Declara o autor:

Tôda a doutrina dêste manual é inspirada na Lingüística e na Filologia modernas, mas é óbvio que não podemos discutir nem justificar posições. Quanto à Nomenclatura Gramatical Brasileira, adotamo-la por motivos didáticos, mas não a aceitamos servilmente quando ela exorbita de seu louvável esforço de uniformizar a terminologia, e assume posição doutrinária. (GFLP, p. 4-5).

Ainda no *Prefácio*, Melo ratifica a finalidade *científica* de sua gramática, direcionada aos indivíduos que pretendem regenerar sua *viciada* formação linguística:

Seja-me, por fim, permitido dizer que, elaborando uma *Gramática Fundamental*, pensei todo o tempo numa respeitável e ponderável categoria de pessoas. São os homens cultos e inteligentes, que, a certa altura da vida, tomam consciência de sua viciada formação lingüística e querem corrigir a lacuna. (GFLP, p. 5).

Do caráter científico atribuído à *Gramática fundamental da língua portuguesa*, origina-se o procedimento descritivo, que se apresenta, basicamente, de três formas:

1. *Concepção descritiva seguida de atitude prescritiva*

Em algumas passagens de sua gramática, Chaves de Melo realiza uma apresentação dos diferentes usos lingüísticos, os quais se originam das distintas situações lingüísticas. Comprova-se tal exposição no seguinte excerto:

Há a conversa da gente do povo, povo da cidade, ou povo dos campos; há a conversa das crianças, entre si ou com os adultos.

Cada uma dessas situações lingüísticas produz um uso lingüístico peculiar. [...] é possível fazer uma gramática para cada uso lingüístico, isto é, procurar descrever, sistematizar, ordenar os fatos contemporâneos de um determinado uso lingüístico. Assim, por exemplo, podemos escrever a gramática da língua portuguesa popular, como se ouve na zona rural do sul de Minas ou na zona rural do Cariri, no Ceará, ou na campanha gaúcha. [...] E assim por diante. Mas a única gramática que interessa a todos é a gramática da língua culta, da língua-padrão, da língua literária. (GFLP, p. 9-10).

Percebe-se, no trecho acima, a coexistência da visão dialetológica do autor e da sua adesão ao propósito básico de uma gramática escolar: *prescrever*. A partir dessa coexistência, explicita-se a condição especial na qual se encontra o gramático Gladstone Chaves de Melo, que, embora priorize a identificação da norma-padrão, dispõe de um cabedal lingüístico que lhe permite reconhecer a variedade lingüística. Nessa condição, Melo enquadra-se na categoria de *gramático descritivo-normativo*, conforme expõem Bastos et al. (2008, p. 87):

[...] manifesta[-se] a sua tendência de gramático descritivo-normativo, pois menciona os erros, os desvios da norma-padrão, reforçando a não-necessidade de se descrever qualquer outro registro que não o culto, procedimento que não interessaria a ninguém. Aos homens de bem, aos civilizados, só seria importante aprender a língua de prestígio. [...] Por fim, mencionemos que Gladstone evidencia suas convicções como linguista, ao reconhecer que, em diferentes situações lingüísticas, produz-se um uso lingüístico peculiar.

Situado nessa circunstância fronteiriça, o filólogo procede a um ajustamento da concepção estruturalista de *norma* à natureza prescritiva de sua gramática escolar. Para

que se perceba essa concepção, observe-se a distinção entre *sistema* e *norma* instaurada por Eugenio Coseriu, diferenciação explanada por Altman (2008, p. 78-79):

Nas proposições de Coseriu, [...] [o] *sistema*, conjunto de oposições funcionais, mas também de 'liberdades', é consultivo; o que é impositivo ao falante é a *norma*, ou melhor, as diferentes normas, que variam de comunidade para comunidade e de registro para registro. Neste sentido, a gramática estrutural seria a ciência do *sistema*, enquanto que a gramática descritiva seria a ciência da *norma*.

Tanto a *ciência do sistema* quanto a *ciência da norma* se fazem presentes na *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Nota-se a primeira nos conceitos estruturalistas assimilados por Chaves de Melo, entre os quais está o de *oposição*, como será demonstrado na seção seguinte deste trabalho. Verifica-se a segunda na exposição do fato de que é possível elaborar gramáticas (ou seja, depreender *normas*) dos diferentes usos linguísticos. Ao se expor esse fato, admite-se a existência de diversas *normas*, admissão a partir da qual se configuram vários modelos de gramática, conforme a observação de Altman (op. cit., p. 79):

A cisão entre uma ciência do *sistema* e uma ciência da *norma* não faz emergir um novo modelo de gramática, mas vários. Admitir que outras variedades do uso linguístico – ao lado da 'bela linguagem' – são passíveis de codificação significa admitir que cada uma comporta a *sua* gramática, objetos igualmente legítimos, pois, da descrição linguística.

Embora reconheça a possibilidade de se elaborarem essas diversas gramáticas – reconhecimento em que transparece uma *ciência da norma* nos moldes estruturalistas – Melo pretere essas produções gramaticais, em defesa da norma que *interessa* a todos os usuários da língua: a literária. Assim, o filólogo circunscreve a *ciência da norma* à descrição da norma-padrão. De tal circunscrição, origina-se a unificação entre Gramática Normativa e Gramática Descritiva, instituída por Chaves de Melo. Do ponto de vista do autor, a Gramática Normativa é a única descrição *útil* da língua.

2. Instauração da fonética descritiva

Melo dedica uma seção de sua obra à *Fonética descritiva*. Mostram-se, nessa subdivisão, traços estruturalistas integrados à *Gramática fundamental da língua portuguesa*, os quais se condensam na exposição da ideia de *oposição*:

Começamos, portanto, pelas idéias fundamentais da Fonética: FONEMA É A MENOR UNIDADE LINGÜÍSTICA. *A* é um fonema, *p* é um fonema, *e* é um fonema. No entanto, para sentir o valor lingüístico do fonema, é preciso que se tenha idéia de *oposição*, por um lado, e idéia de *sistema sonoro*, por outro. (GFLP, p. 26).

Assinala o autor que a noção de *oposição* se faz importante não só para a investigação fonética, mas também para a morfológica e para a sintática:

Em todo sistema lingüístico há oposições fonéticas, isto é, sempre o fonema tem valor significativo na medida em que ele se opõe, distinguindo, a outro fonema. Os exemplos nos ajudarão a compreender a noção de oposição, importantíssima não só na fonética, mas ainda na morfologia e na sintaxe. Compare-se *avô* e *avó*. Estas duas palavras têm significação diferente, referem-se a realidades diferentes. E onde repousa a diferença de significação entre as duas palavras? No timbre da vogal. *Avô* tem vogal fechada; *avó*, vogal aberta. (GFLP, p. 28).

Adotando como parâmetro o conceito estruturalista de *sistema*, Chaves de Melo volta-se para o fato de que as peculiaridades fonéticas assinalam cada língua. Ao tecer considerações acerca do uso dos órgãos da fala, o filólogo destaca o caráter *próprio* que essa utilização assume em cada língua:

[...] por mais numerosos que sejam [os sons de uma língua], êles guardam entre si uma certa coerência, certa solidariedade. Formam um conjunto homogêneo e travado interiormente. Tal conjunto é que se chama *sistema*.

[...]

Falamos português utilizando de determinado modo um conjunto de músculos, colocando os órgãos da fala em determinadas posições. Mas, quando falamos francês ou alemão, utilizamos êsses mesmos órgãos em posições diversas, em atitudes diferentes.

[...]

Portanto, há um sistema sonoro português, um sistema sonoro francês, um sistema sonoro inglês. (GFLP, p. 27).

Ainda no âmbito da utilização *particular* do aparelho fonador, o autor focaliza a atividade do falante de uma língua estrangeira, abordando especificamente o *sotaque*, definido por Melo como a transposição, para a *nova* língua, dos hábitos intrínsecos à língua materna do falante:

[...] observamos facilmente que um estrangeiro, um francês, um alemão ou um inglês, fala o português diferente de nós, com sotaque. E que é o sotaque?

[...] É a tendência para impor à nova língua, ao sistema sonoro da nova língua, o ritmo da frase da língua materna, para executar as vogais e consoantes da nova língua segundo o modo, o estilo, o *sistema* sonoro da língua-primeira. (GFLP, p. 27-28).

Na *GFLP*, o tratamento descritivo dos dados fonéticos culmina com uma *investigação* do posicionamento da sílaba tônica no português do Brasil. Ao se dedicar a tal ação investigativa, o filólogo atribui à pronúncia brasileira um *ritmo pendular*, com base no qual Chaves de Melo tenta estabelecer uma *sistematicidade* da posição da sílaba tônica nos vocábulos polissilábicos:

[...] na pronúncia brasileira, os vocábulos longos, de três sílabas ou mais, quase sempre apresentam vogais tônuas e vogais fortes [...]. É o que se poderia chamar de ritmo pendular, característico da nossa pronúncia. Exemplos:

hu-ma'-ni-da''-de

es-tar'-da-lha''-ço

hu'-ma-ni'-za-ção''

Como se viu, é a posição da sílaba tônica que determina a maneira de *atacar* o vocábulo na pronúncia brasileira: se a tônica fôr ímpar, a primeira sílaba será mais forte; se a tônica fôr par, a primeira sílaba será mais fraca. Compare-se: *humanidade* e *humanização* — no primeiro caso, primeira sílaba tônuas; no segundo caso, primeira sílaba intensa. (GFLP, p. 52-53).

3. Abordagem descritiva de questões morfológicas

No capítulo destinado à *MORFOLOGIA*, Melo estabelece uma distinção entre *significação externa* e *significação interna*, associando a primeira à realidade extralinguística e vinculando a segunda às categorias gramaticais. Ao elemento no qual reside uma significação interna, o autor denomina *morfema*. Para nomear o elemento

que expressa uma realidade extralinguística, Chaves de Melo emprega um vocábulo intrínseco à terminologia estruturalista: *semantema*. Observe-se o fragmento seguinte:

Há [...] que distinguir entre *significação externa* e *significação interna*. A primeira é a relação com realidades do mundo extralinguístico: *pão, janela, nariz*; a segunda é a relação com uma categoria gramatical, um dado do *sistema* linguístico, um processo de expressão atinente à língua como tal. [...]

O elemento significativo de uma realidade extralinguística chama-se *semantema*; o elemento portador de significação interna chama-se *morfema*. São morfemas as desinências, os prefixos, os sufixos, o artigo, os possessivos, os demonstrativos, etc., [...]. *Meu, o, este, cujo* não exprimem qualquer realidade extralinguística, ao contrário de *chão, livro, bom, cavalo* [...]. (GFLP, p. 69-70).

No mesmo capítulo, o gramático demonstra a consciência de que o léxico se amplia continuamente, em virtude da *fecundidade* intrínseca ao sistema linguístico:

Por fim, enriquece-se cada dia o vocabulário da língua com palavras formadas no seu interior, pelos próprios recursos idiomáticos.

Tôda língua, já o sabemos, é um *sistema*, isto é, um conjunto, coerente e interligado, de sons, de formas e de relações. Pois bem: êsse *sistema* é fecundo, possui virtualidades, riquezas potenciais, que estão sendo permanentemente ativadas pelos milhares de falantes. (GFLP, p. 87).

Melo exemplifica tal fecundidade por meio do desdobramento semântico do verbo “pifar”, originário de uma onomatopeia:

Por sugestão do ruído que faz o automóvel quando está com o carburador desregulado, formou-se o verbo *pifar*, que logo adquiriu sentido figurado, valendo o mesmo que “faltar”, “falhar”, “descumprir um compromisso”. Daí, *pifador*: “Fulano já é conhecido como pifador”. (GFLP, p. 87)

As preocupações semânticas de Melo se vinculam às investigações empreendidas por um componente fundamental do seu baluarte epistemológico: Manuel Said Ali. Nos estudos desse pesquisador, que se incumbiu de renovar metodologicamente a Filologia nacional na primeira metade do século passado, defende-se a instauração de uma visão analítica ao se estudarem as formas linguísticas. Tal visão, segundo Said Ali (1930, p. 5-6), deveria atingir a mutabilidade das expressões linguísticas, conduzindo as perscrutações filológicas ao âmbito da semântica:

Acima do modo, antigo e exclusivista, de ver as cousas, está a indagação histórica. E a investigação da evolução dos phenomenos não se há de limitar às mudanças de phonemas e formas grammaticas, mas estende-se ás expressões que com o tempo se foram trocando por outras. Entra-se no dominio da psychologia e da semantica.⁹

Devido à sua visão analítica da constituição do léxico, a esse filólogo, assegura-se a qualificação de pioneiro dos estudos semânticos no Brasil. Em suas pesquisas inovadoras, Said Ali ressaltou a importância do *contexto linguístico*, explicitando que nele se baseia a apreensão do sentido de uma palavra.

⁹ Optou-se, neste trabalho, por manter a grafia original do texto de Said Ali.

Considerações finais

Ao produzir a *Gramática fundamental da língua portuguesa*, Gladstone Chaves de Melo direcionou-a “para os ginásios e colégios”, mas também “para os estudiosos da língua” (GFLP, p. 1). Esse duplo direcionamento confere à *GFLP* uma feição dual: por um lado, ela é inerentemente prescritiva, dado que se propõe explicitar a norma que deve ser utilizada pelos estudantes; por outro lado, inocultavelmente descritiva, visto que deixa transparecer uma postura *investigativa* do autor.

Esse caráter dual se deve ao fato de que Melo pratica os dois tipos de engajamento normativo expostos por Auroux (1998b). Considerando que a normatividade é inerente à língua – já que todo uso linguístico se baseia em uma norma – o teórico assevera que um gramático pode empreender dois tipos de engajamento normativo: o *engajamento normativo/ontológico*, voltado para todas as normas nas quais se fundamentam os usos linguísticos; e o *engajamento normativo/normativo*, concentrado em apenas *uma* norma – a norma tradicional.

Desse modo, observa-se que a distinção entre essas duas concepções de *engajamento normativo* corresponde à diferenciação entre os dois procedimentos adotados por um gramático: descrever e prescrever. Tais procedimentos coexistem na *Gramática fundamental da língua portuguesa*, obra em que se estabelece uma alternância entre o *regular a língua* e o *investigá-la*.

REFERÊNCIAS

- ALÉONG, A. Normas linguísticas, normas sociais: uma perspectiva antropológica. In: BAGNO, M. (Org.). *Norma linguística*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.
- ALTMAN, C. Fragmentos do século XX. Bibliografia cronológica e comentada de textos sobre a produção linguística brasileira. In: GÄRTNER, E. (Ed.). *Pesquisas linguísticas em Portugal e no Brasil*. Madrid/Frankfurt: Iberoamericana/Vervuert, 1997.
- _____. Os eternos gramáticos: algumas considerações sobre norma e prescrição na descrição linguística. In: BASTOS, N. B. et al. *Homenagem: 80 anos de Evanildo Bechara*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- ANTEPROJETO DE LÍNGUA PADRÃO. Apresentado pelo Departamento de Cultura da Municipalidade de São Paulo ao Congresso da Língua Nacional Cantada realizado na Cidade de São Paulo em 1937.
- AUROUX, S. Introduction. In: *Langages – L’hyperlangue brésilienne*. Par Sylvain Auroux, Eni Puccinelli Orlandi, Francine Mazière. Paris: Larousse, juin, n° 120, 1998a.
- _____. *La raison, le langage et les normes*. Paris: PUF, 1998b.
- _____. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.
- _____. Les modes d’historicisation. In: *Histoire, Épistémologie, Langage*, t. XXVIII, f. 1, 2006.

BASTOS, N. B. et al. O gramático Gladstone Chaves de Melo: um homem plural. In: BASTOS, N. B.; PALMA, D. V. (Org.). *História entrelaçada 3: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na segunda metade do século XX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2008.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1961.

CÂMARA JR., J. M. *Para o estudo da fonêmica portuguesa*. Rio de Janeiro: Organização Simões, 1953.

_____. *Princípios de linguística geral: como introdução aos estudos superiores de língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1954.

CHISS, J.-L. La transmission des savoirs sur la langue. In: AUROUX, S. et al. (Ed.). *Histoire et grammaire du sens*. Paris: Armand Colin, 1996.

COSERIU, E. Sistema, norma e fala. In: _____. *Teoria da linguagem e linguística geral*. Tradução de Agostinho Dias Carneiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1987.

CUNHA, C. *Gramática moderna*. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Bernardo Álvares, 1970.

JAKOBSON, R. *Fonema e fonologia: ensaios*. Seleção, tradução e notas de Joaquim Mattoso Câmara Júnior. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1967.

LEITE, M. Q. O discurso dos exemplos nas gramáticas portuguesas do século XVI. In: URBANO, H. et al. (Org.). *Dino Preti e seus temas: oralidade, literatura, mídia e ensino*. São Paulo: Cortez, 2001.

MACAMBIRA, J. R. *A estrutura morfossintática do português: aplicação do estruturalismo linguístico*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1974a.

_____. *Português estrutural*. Fortaleza: Imprensa Universitária da Universidade Federal do Ceará, 1974b.

MELO, G. C. de. *A língua do Brasil*. Rio de Janeiro: Agir, 1946.

_____. *Iniciação à filologia portuguesa*. Rio de Janeiro: Organizações Simões, 1951.

_____. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1968.

PINTO, R. M. Cem anos de língua portuguesa no Brasil 2 – Cem anos de gramática portuguesa no Brasil. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 7 fev. Suplemento do Centenário, p. 1-3, 1976.

SAID ALI, M. *Meios de expressão e alterações semânticas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1930.

Recebido em: 16/08/2016

Aprovado em: 29/11/2016